S.R. DA AGRICULTURA E FLORESTAS
Portaria n.º 78/2008 de 19 de Setembro de 2008

Pela Decisão C (2007) 6162, de 4 de Dezembro de 2007, da Comissão Europeia, foi aprovado o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013, abreviadamente designado por PRORURAL, nos termos previstos no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro.

O PRORURAL inclui no Eixo 1: “Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal”, a Medida 1.7: “Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais”, enquadrada na subalínea iii), da alínea b) do artigo 20º e no artigo 28º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro.

Com esta Medida pretende-se contribuir para assegurar a competitividade do sector agro-alimentar açoriano acentuando a valorização das suas produções e dando bases de sustentabilidade ao tecido produtivo regional, bem como reforçando o papel que as empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais têm na criação de bases duradouras e estáveis nas fileiras mais representativas da agricultura açoriana.

Para tal são definidos sectores de actividade e fileiras prioritárias, dando-se ênfase às actividades sustentadas em produções locais, embora não excluindo outros sectores mais vocacionados para matérias-primas ou produtos-base não produzidos regionalmente.

Estabelecem-se, ainda, o perfil dos promotores, bem como as tipologias dos projectos de Investimento, que acentuam vários graus, quer de dimensão, quer de relevância estrutural e de impacto socioeconómico.

São também definidas as acções elegíveis, privilegiando-se os objectivos de valorização dos produtos açorianos, bem como de modernização do tecido empresarial com adequação às normas higio-sanitárias, ambientais, do bem-estar animal e da qualidade.

Finalmente, com a definição dos critérios de selecção dos projectos de Investimento, quer sejam critérios de elegibilidade ou de prioridade, pretende-se otimizar a aplicação dos recursos financeiros comunitários, regionais e privados, com vista a melhorar a sustentabilidade do sector agro-alimentar açoriano. Definem-se igualmente uma grelha de majoração para os apoios ao investimento e respectivos limites máximos, que permitam melhorar a sua eficácia.

Deste modo, e nos termos da legislação nacional e regional aplicável, designadamente o Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março, e a Resolução do Conselho do Governo n.º 35/2008, de 5 de Março, importa agora aprovar o regulamento específico que estabelece as regras aplicáveis à Medida 1.7 do PRORURAL.

Assim, manda o Governo Regional dos Açores, pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas, ao abrigo da alínea dd) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do n.º 12 da Resolução do Conselho do Governo n.º 35/2008, de 5 de Março, o seguinte:

Artigo 1º

É aprovado, em anexo à presente portaria e da qual faz parte integrante, o Regulamento da Medida 1.7: “Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais”, do Eixo 1: “Aumento da

competitividade dos sectores agrícola e florestal”, do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013, abreviadamente designado por PRORURAL.

Artigo 2º

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional da Agricultura e Florestas

Assinada em 12 de Setembro de 2008

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, *Noé Venceslau Pereira Rodrigues*.

Anexo

Regulamento de aplicação da Medida 1.7: “Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais”, do Eixo 1 “Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal” do PRORURAL

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objecto

1. O presente Regulamento estabelece as regras aplicáveis aos apoios a conceder no âmbito da Medida 1.7 “Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais”, do Eixo 1 “Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal”, do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores, adiante designado por PRORURAL.

2. Os apoios mencionados no número anterior enquadram-se no código comunitário 123 “Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais previsto no ponto 7 do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1974/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006.

Artigo 2.º

Objectivos gerais

Os apoios previstos no presente Regulamento visam os seguintes objectivos gerais:

- a) Reforço da competitividade do sector da colheita, transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais;
- b) Aumento do valor acrescentado da produção regional;
- c) Reforço do desempenho empresarial;
- d) Redução dos efeitos negativos da actividade produtiva sobre o ambiente;
- e) Promoção da qualidade, da inovação e da diferenciação ao nível dos produtos em resposta às novas exigências da procura em matéria de qualidade e segurança alimentar;
- f) Promoção do processo de modernização e capacitação das empresas do sector agrícola, alimentar e florestal através do aumento da eficiência das actividades produtivas, do reforço do desempenho empresarial e da orientação para o mercado;
- g) Promoção do desenvolvimento da competitividade das fileiras estratégicas;

h) Melhoria da gestão empresarial e promoção da incorporação de sistemas de qualidade e da compatibilidade com as normas ambientais e de segurança;

i) Reforço da integração e articulação das estruturas empresariais do sector agro-industrial açoriano;

j) Promoção do desenvolvimento de parcerias comerciais na internacionalização dos negócios.

Artigo 3.º

Âmbito geográfico de aplicação

O presente Regulamento aplica-se a todo o território da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 4.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, e para além das definições constantes do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março, entende-se por:

a) «Fileira»: conjunto de actividades associadas à produção de um determinado bem, desde a produção agrícola à sua transformação e ou comercialização;

b) «Fileiras estratégicas»: as fileiras do leite e lacticínios, carne de bovino, fruticultura, horticultura, culturas industriais, floricultura e ornamentais, vinho e fileiras florestais;

c) «Sectores prioritários»: os sectores abrangidos pelas fileiras estratégicas e o sector do mel;

d) «Produtos agrícolas»: os produtos enumerados no anexo I do Tratado, com excepção dos produtos da pesca e da aquicultura, abrangidos pelo Regulamento (CE) n.º 104/2000, do Conselho, de 17 de Dezembro de 1999;

e) «Transformação de produtos agrícolas»: qualquer intervenção realizada sobre um produto agrícola de que resulte um produto que continua a ser um produto agrícola, com excepção das actividades agrícolas necessárias à preparação de um produto animal ou vegetal para a primeira venda;

f) «Comercialização de produtos agrícolas»: a detenção ou a exposição com vista à venda, a colocação à venda, a entrega ou qualquer outra forma de colocação no mercado, com excepção da primeira venda por um produtor primário a revendedores ou transformadores e qualquer actividade de preparação de um produto para essa primeira venda; , sendo que a venda por um produtor primário aos consumidores finais será considerada comercialização quando efectuada em instalações específicas reservadas a tal fim;

g) «Micro-empresa»: o conceito de micro-empresa na acepção da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão, de 6 de Maio, relativa à definição de micro, pequena e média empresa;

h) «Operação»: nos termos da alínea f) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março, corresponde a um projecto de investimento aprovado pela Autoridade de Gestão do PRORURAL, adiante designada por Autoridade de Gestão, e executado por um beneficiário;

i) «Início da operação»: data a partir da qual começa a execução do investimento, sendo, em termos contabilísticos, definida pela data da factura mais antiga relativa a despesas elegíveis;

j) «Termo da operação»: o ano da conclusão da operação, determinado no contrato de financiamento.

Artigo 5.º

Investimentos abrangidos

Podem ser apoiados ao abrigo do presente Regulamento investimentos que incidam na transformação e comercialização de produtos agrícolas ou florestais, e, ou, na elaboração de novos produtos, processos ou tecnologias relacionados com os mesmos produtos, e que prossigam um ou mais dos seguintes objectivos específicos:

- a) Orientar a produção em função da evolução previsível dos mercados ou favorecer a criação de novos mercados para a produção agrícola e silvícola;
- b) Melhorar ou racionalizar os circuitos de recolha, comercialização ou os processos de transformação;
- c) Melhorar a apresentação e o acondicionamento dos produtos ou incentivar uma melhor utilização ou a eliminação de subprodutos ou desperdícios;
- d) Aplicar novas tecnologias;
- e) Favorecer investimentos inovadores;
- f) Melhorar e controlar a qualidade;
- g) Melhorar e controlar as condições sanitárias;
- h) Proteger o ambiente.

Artigo 6.º

Investimentos excluídos

São excluídos dos apoios previstos no presente Regulamento os seguintes investimentos:

- a) Abrangidos por restrições sectoriais nos termos do Anexo I ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante;
- b) Relativos à transformação e comercialização de produtos provenientes de países terceiros, salvo se os produtos em causa se destinarem a ser comercializados na Região e se o apoio for limitado às capacidades de transformação correspondentes às necessidades regionais, na condição de essas capacidades de transformação não excederem as necessidades regionais;
- c) Relativos ao comércio a retalho;
- d) Relativos à armazenagem frigorífica dos produtos, na parte que exceda as capacidades necessárias ao normal funcionamento da unidade de transformação;
- e) Relativos à utilização de subprodutos e resíduos agro-pecuários tendo em vista a produção de energias renováveis, na parte que excede as capacidades provenientes do normal funcionamento da actividade objecto de apoio;
- f) Abrangidos pela Medida 1.8 “Cooperação para a promoção da inovação”, do PRORURAL.

Artigo 7.º

Tipologias dos projectos de investimento

1. Os pedidos de apoio apresentados ao abrigo do presente Regulamento incluem projectos de investimento que são classificados em função do custo total dos investimentos propostos, dos seus objectivos e do seu interesse estratégico, da seguinte forma:

a) «Tipo 1 – Pequenos Projectos»: projectos de investimento cujo custo total dos investimentos propostos seja superior a 25.000 € e igual ou inferior a 250.000 € e tenham em vista a modernização e, ou, a criação de empresas de colheita, transformação e comercialização de produtos agrícolas;

b) «Tipo 2 – Projectos de Modernização e ou Criação de Empresas»: projectos de investimento cujo custo total dos investimentos propostos seja superior a 250.000 € e tenham em vista a modernização e, ou, a criação de empresas de colheita, transformação e comercialização de produtos agrícolas;

c) «Tipo 3 – Projectos de Impacto Relevante»: projectos de investimento cujo custo total dos investimentos propostos seja superior a 250.000 €, dos seguintes sub-tipos:

i) Sub-tipo I: Projectos Integrados para a promoção de fileiras;

ii) Sub-tipo II: Projectos de Redimensionamento empresarial do sector da recolha, transformação e, ou, comercialização de produtos agrícolas;

iii) Sub-tipo III: Projectos de criação e modernização de infra-estruturas de abate promovidos por entidades públicas regionais.

d) «Tipo 4 – Projectos de Investimento na Produção Regional de Qualidade»: projectos de investimento cujo custo total dos investimentos propostos seja superior a 25 mil Euros 25.000 € e tenham predominantemente em vista a criação e modernização de unidades de comercialização e transformação de produtos de qualidade, com características regionais, nomeadamente os abrangidos pelos regimes de protecção de Denominação de Origem (DO), Indicação Geográfica (IG), Certificados de Especificidade (CE) e Modo de Produção Biológico (MPB), de acordo com o normativo comunitário, nacional e regional aplicável;

e) «Tipo 5 – Projectos de Investimento no Sector Florestal»: projectos de investimento cujo custo total dos investimentos propostos seja superior a 25.000 € relativos a:

i) Modernização do parque de máquinas e de equipamentos de exploração florestal, adequando-os à melhoria do trabalho florestal e à satisfação das boas práticas florestais;

ii) Melhoria das operações de abate, colheita, movimentação e extracção de produtos florestais;

iii) Criação e modernização de pequenas unidades de primeira transformação de material lenhoso, promovendo a introdução de benefícios socioeconómicos no meio rural;

iv) Melhoria da capacidade negocial das empresas do sector florestal, designadamente em termos de dimensão e qualidade dos produtos e dos circuitos de comercialização.

2. Para efeitos da subalínea i) da alínea c) do n.º 1, consideram-se Projectos Integrados, os projectos de investimento que visam o reforço da integração entre a produção primária, a recolha, a transformação e a comercialização de produtos agrícolas, promovendo acções de cooperação entre empresas ou produtores agrícolas, agrupamentos ou organizações de produtores e, ou, empresas de transformação e comercialização, através de parcerias, alianças estratégicas ou acordos contratuais.

3. Para efeitos da subalínea ii) da alínea c) do n.º 1, consideram-se Projectos de Redimensionamento empresarial, os projectos de investimento aos quais estejam associadas acções de concentração de empresas, fusão de empresas ou de cooperação e parceria inter-empresas do sector da transformação e comercialização de produtos agrícolas, com vista a promover o acréscimo sustentável da dimensão empresarial e, ou, a organização de acções conjuntas e estratégicas de acesso aos mercados exteriores e à internacionalização dos negócios.

CAPÍTULO II

Condições de Elegibilidade

Artigo 8.º

Beneficiários

Podem candidatar-se aos apoios previstos no presente Regulamento:

a) No caso de investimentos destinados ao aumento do valor de produtos agrícolas:

i) Pessoas singulares ou colectivas que se dediquem à transformação e comercialização de produtos agrícolas;

ii) Empresas e agrupamentos de produtores com plano de investimentos e, ou, acordos contratuais para produção de produtos agrícolas em explorações agrícolas de associados;

iii) Entidades públicas regionais, apenas quando os pedidos de apoio respeitarem a infra-estruturas públicas de abate.

b) No caso de investimentos destinados ao aumento do valor de produtos florestais, as micro-empresas ligadas ao sector florestal.

Artigo 9.º

Condições de elegibilidade dos beneficiários

1. Podem candidatar-se aos apoios previstos no presente Regulamento as entidades mencionadas no artigo anterior que satisfaçam as seguintes condições:

a) Estejam legalmente constituídas à data de apresentação do pedido de apoio;

b) Apresentem um pedido de apoio com todas as informações e documentos exigidos nos respectivos formulários;

c) Cumpram as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente, terem a situação regularizada em matéria de licenciamentos, bem como as normas comunitárias, nacionais e regionais relativas ao ambiente, higiene e bem-estar dos animais;

d) Comprovem, quando aplicável, que estão autorizados pelo agrupamento definido pelo Regulamento (CE) n.º 509/2006, do Conselho de 20 de Março, pelo Regulamento (CE) n.º 510/2006, do Conselho de 20 de Março, ou pelo organismo de controlo do modo de produção biológico nos termos do Regulamento (CEE) 2092/91, do Conselho de 24 de Junho;

e) Comprovem, em investimentos no sector das frutas e produtos hortícolas frescos, estarem inscritos como operadores de frutas e produtos hortícolas frescos;

f) Disponham de recursos humanos qualificados e adequados à situação pós-projecto, no caso de candidatos enquadrados na subalínea ii), da alínea a), do artigo 8º;

g) Comprovem possuir a situação regularizada face à Administração Fiscal e à Segurança Social, ou concedam autorização de acesso à respectiva informação, pela Autoridade de Gestão, junto das autoridades competentes;

h) Disponham de contabilidade organizada de acordo com as especificações do Plano Oficial de Contabilidade ou satisfaçam este requisito antes da celebração do contrato de financiamento;

i) Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4, demonstrem possuir uma situação económica e financeira equilibrada, apresentando um rácio de autonomia financeira (capitais próprios/activo líquido) ou um rácio de autonomia financeira corrigido (capitais próprios + subsídios ao investimento/activo líquido) pré e pós-projecto igual ou superior a 20 %, devendo os indicadores pré-projecto ter por base o exercício anterior ao ano da apresentação do pedido de apoio;

j) Obriguem-se, caso o pedido de apoio venha a ser aprovado, a que o montante dos suprimentos e ou empréstimos de sócios ou accionistas, que contribuam para garantir o indicador referido na alínea anterior, seja integrado em capitais próprios, antes da assinatura do contrato de financiamento ou antes do último pagamento dos apoios, consoante se trate de indicador pré ou pós-projecto;

k) Não estejam abrangidos por quaisquer disposições de exclusão resultantes do incumprimento de obrigações e não tenham prestado informações falsas ou viciado dados, de forma premeditada com objectivo de obter um benefício indevido, na apresentação, na apreciação ou no acompanhamento de operações anteriores objecto de co-financiamento comunitário realizadas desde 2000;

l) Se comprometam a cumprir as obrigações que constam do artigo 12.º;

m) Apresentem, no caso de candidatos abrangidos pela subalínea ii) da alínea a) do artigo 8.º, um contrato ou documento equivalente onde estejam expressas as obrigações, deveres e responsabilidades dos intervenientes na execução dos planos de investimentos e, ou, dos acordos contratuais.

2. Para os candidatos cuja actividade incida exclusivamente na comercialização de produtos produzidos pelos seus sócios e, ou, accionistas, a demonstração de posse de uma situação económica e financeira equilibrada pode ser feita com recursos a outros indicadores que não os previstos na alínea i) do número anterior, desde que estes se revelem mais adequados à sua situação particular.

3. Para os efeitos da alínea i) do n.º 1, os candidatos poderão comprovar os indicadores com informação mais recente, desde que referida a uma data anterior à da apresentação do pedido de apoio, devendo, para o efeito, ser apresentados os respectivos balanços e demonstrações de resultados, devidamente certificados por um revisor oficial de contas.

4. O disposto na alínea i) do n.º 1 não se aplica aos candidatos abrangidos pela subalínea iii), da alínea a), do artigo 8.º; e aos candidatos que, até à data de apresentação do pedido de apoio, não tenham desenvolvido qualquer actividade; bem como aos empresários em nome individual sem contabilidade organizada naquela data, caso em que se considera que possuem uma situação financeira equilibrada, desde que suportem com capitais próprios, pelo menos 20% do custo total do investimento.

5. Para os candidatos cujo acto de constituição tenha ocorrido nos 90 dias anteriores à data de apresentação do pedido de apoio, o disposto na alínea g) do n.º 1 pode ser comprovado apenas no acto da celebração do contrato.

Artigo 10.º

Condições de elegibilidade dos projectos de investimento

1. São elegíveis os projectos de investimento que satisfaçam as seguintes condições:
 - a) Enquadrem-se nos objectivos gerais e específicos mencionados nos artigos 2º e 5º;
 - b) Respeitem quaisquer restrições à produção ou condicionantes do apoio comunitário a título das Organizações Comuns de Mercado (OCM) respectivas;
 - c) Cujos investimentos propostos não se enquadrem no âmbito de regimes de apoio ao abrigo das OCM respectivas;
 - d) Cujos investimentos propostos respeitem as normas comunitárias, nacionais e regionais que lhes são aplicáveis;
 - e) Assegurem, quando aplicável, o cumprimento das boas práticas florestais nos termos do Anexo II ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante;
 - f) Assegurem o cumprimento das restrições sectoriais previstas no Anexo I;
 - g) Enquadrem-se nas tipologias de projectos de investimento estabelecidas no artigo 7º;
 - h) Tenham início após a data de apresentação do pedido de apoio, sem prejuízo do disposto no artigo 30.º e no ponto 3.9 do Anexo III ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante;
 - i) Demonstrem suficientemente a possibilidade de um escoamento normal no mercado para os produtos em causa, nos termos do disposto no n.º 3;
 - j) Contribuam para a melhoria da situação dos sectores de produção agrícola de base em causa e assegurem aos produtores desses produtos de base uma participação adequada nos benefícios económicos resultantes da execução do projecto de investimento, nos termos do previsto no n.º 4;
 - k) Sejam acompanhados de um comprovativo de que os investimentos previstos se encontram aprovados ou de que o pedido, devidamente instruído, foi apresentado na respectiva entidade coordenadora para efeitos de aprovação nos termos da legislação em vigor sobre o exercício da respectiva actividade;
 - l) Nos casos em que os investimentos propostos, ou as actividades a que os projectos de investimento respeitem, não sejam passíveis de licenciamento nos termos da legislação em vigor sobre o exercício da actividade industrial, os projectos de investimento sejam acompanhados de documentos emitidos pela entidade competente que comprovem a verificação das seguintes condições:
 - i) Aprovação da localização;
 - ii) Cumprimento das normas sanitárias aplicáveis;
 - iii) Cumprimento da legislação ambiental aplicável ou comprovação de que estão verificadas as condições necessárias ao seu cumprimento.
 - m) Sejam financeiramente viáveis e sustentáveis apresentando um indicador TIR de valor igual ou superior à taxa de refinanciamento (REFI) do Banco Central Europeu em vigor à data da apresentação do pedido de apoio, acrescido de um *spread* de 2%;

n) Sejam acompanhados da documentação relativa às parcerias, alianças estratégicas ou acordos contratuais estabelecidos com vista à realização do projecto, no caso de projectos enquadráveis na subalínea i), da alínea c), do n.º 1 do artigo 7º;

o) Assegurem a utilização de equipamentos de extracção e movimentação de material lenhoso que minimizem os efeitos de deterioração física dos solos (compactação, decapagem e formação de sulcos), no caso de investimentos destinados ao aumento do valor de produtos florestais;

p) Obedeçam a critérios de qualidade e racionalidade técnica, nos termos do mencionado no n.º 5.

2. O disposto nas alíneas i), j) e m) do n.º 1 não se aplica aos projectos de investimento enquadráveis na subalínea iii), da alínea c), do n.º 1 do artigo 7º, e no caso da alínea m), aos projectos de investimento que prevejam unicamente investimentos de natureza ambiental ou destinados à normalização ou classificação de produtos;

3. Para efeitos da alínea i) do n.º 1 a existência de um escoamento normal no mercado é avaliada em função dos produtos em causa, dos tipos de investimento e das capacidades existentes e previstas, designadamente, através de contratos com a distribuição, diagnóstico da situação de partida, quotas de mercado, principais clientes, e estudos de mercado.

4. Para efeitos da alínea j) do n.º 1 a contribuição pode ser verificada, nomeadamente, através da existência de vínculos com produtores individuais ou com agrupamentos de produtores, da prestação de assistência técnica ou da disponibilidade de equipamento de recolha ou colheita.

5. Para efeitos da alínea p) do n.º 1 são avaliados, designadamente, a qualidade do projecto de investimento, a compatibilidade entre as capacidades a instalar e as produções a atingir, a adequação dos investimentos propostos aos objectivos visados e a razoabilidade e fundamentação dos custos propostos e da caracterização da situação pós-projecto.

6. Não são abrangidos pelos apoios previstos no presente Regulamento os projectos de investimento cujo custo total elegível dos investimentos propostos seja igual ou superior a 25.000.000 €.

Artigo 11.º

Elegibilidade das despesas

Para efeitos da aplicação do presente Regulamento, as despesas elegíveis, parcialmente elegíveis e não elegíveis são as constantes do Anexo III ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante.

Artigo 12.º

Obrigações dos Beneficiários

1. Os beneficiários dos apoios previstos no presente Regulamento devem cumprir as obrigações previstas no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março e, ainda, as seguintes obrigações:

a) Comunicar à entidade contratante a data de início dos trabalhos;

b) Executar a operação nos termos e prazos fixados no contrato de financiamento;

c) Assegurar todas as componentes do financiamento da operação, cumprindo pontualmente as obrigações contraídas para o efeito perante terceiros, de forma a não perturbar a prossecução dos objectivos da operação;

d) Manter um sistema de contabilidade nos termos previstos na alínea h) do n.º 1 do artigo 9º;

e) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, todos os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, controlo e auditoria da operação;

f) Manter a actividade e as condições legais necessárias ao seu exercício durante o período mínimo de 5 anos a contar da data de celebração do contrato de financiamento, ou até ao termo da operação, se tal termo ultrapassar os cinco anos;

g) Não afectar a outras finalidades, não alocar, não alienar ou de qualquer forma onerar os bens e serviços co-financiados no âmbito da operação, durante o período de cinco anos a contar da data de celebração do contrato de financiamento ou até ao termo da operação, se tal termo ultrapassar os cinco anos, sem prévia autorização da Autoridade de Gestão;

h) Garantir que todos os pagamentos e recebimentos referentes à operação são efectuados através da conta bancária específica criada para o efeito;

i) Evidenciar, de forma clara e a qualquer momento, todos os movimentos económicos e financeiros relacionados com o projecto, através do recurso a contas de ordem ou a contabilidade analítica, ou outra qualquer desagregação contabilística que permita separar os movimentos do projecto dos restantes movimentos contabilísticos;

j) Cumprir os normativos legais em matéria de contratação pública relativamente à execução da operação, quando aplicável;

k) Cumprir os normativos legais em matéria de igualdade de oportunidades relativamente à execução da operação, quando aplicável;

l) Cumprir as normas de segurança e higiene no trabalho;

m) Cumprir as obrigações fiscais e para com a segurança social;

n) Proceder à publicitação dos apoios que lhes forem atribuídos respeitando as disposições pertinentes do Anexo VI do Regulamento (CE) 1974/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro e demais legislação comunitária e nacional aplicável;

o) Enviar à Autoridade de Gestão, até 30 de Junho de cada ano, e durante um período de cinco exercícios anuais seguidos a contar da data da assinatura do contrato de financiamento, cópia do Relatório de Contas e dos respectivos modelos fiscais, bem como relatório de acompanhamento da operação relativo ao ano precedente;

p) Apresentar à Autoridade de Gestão, nos termos que vierem a ser definidos e no prazo máximo de dois anos a contar do recebimento integral dos apoios, um relatório, devidamente fundamentado, sobre os resultados da execução material e financeira da operação, sempre que tal seja contratualmente previsto.

2. Nos casos específicos de operações enquadráveis na subalínea iii), da alínea c), do n.º 1 do artigo 7º, a autorização prévia prevista na alínea g) do n.º anterior é concedida pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas e não é aplicável o disposto na alínea n) do mesmo número.

CAPÍTULO III

Critérios de Selecção e Apoios

Artigo 13.º

Critérios de selecção

1. Os pedidos de apoio são seleccionados para decisão de acordo com o resultado da análise do cumprimento das condições de elegibilidade e, quando se verificarem restrições orçamentais, de acordo com a hierarquia definida resultante da aplicação dos critérios de selecção e respectivas pontuações constantes do Anexo IV ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante.

2. Considera-se que se verificam restrições orçamentais quando 95% da dotação do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) alocada à Medida objecto do presente Regulamento estiver comprometida com as aprovações realizadas.

Artigo 14º

Forma, nível e limites dos apoios

1. Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido, participados em 85% pelo FEADER e em 15% pelo orçamento regional, e calculados em percentagem do custo total elegível dos investimentos propostos nos projectos de investimento, nos termos previstos no Anexo V ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante.

2 De acordo com a tipologia dos projectos de investimento, os apoios estão limitados aos seguintes montantes, por projecto de investimento:

- a) «Tipo 1 – Pequenos Projectos»: 150.000 €;
- b) «Tipo 2 – Projectos de Modernização/criação de Empresas»: 3.000.000 €;
- c) «Tipo 3 – Projectos de Impacto Relevante» – Sub-tipos I e II: o montante máximo dos apoios é definido em processo negocial;
- d) «Tipo 4 – Projectos de Investimento na Produção Regional de Qualidade»: 3.750.000 €;
- e) «Tipo 5 – Projectos de Investimento no Sector Florestal»: 300.000 €.

CAPÍTULO IV

Procedimentos

Artigo 15.º

Apresentação dos pedidos de apoio

1. A apresentação dos pedidos de apoio é efectuada, por via electrónica, através dos formulários disponíveis no portal do PRORURAL (<http://prorural.azores.gov.pt>).

2. Nos 30 dias seguintes, os candidatos devem entregar na Autoridade de Gestão, em duplicado (original e uma cópia) o formulário do pedido de apoio indicado no n.º 1 devidamente assinado e acompanhado de todos os documentos nele previstos, sendo esta a data considerada como data da sua apresentação. Findo este prazo, a entrega electrónica dos pedidos de apoio caduca, considerando-se que o promotor não manteve interesse na candidatura efectuada.

3. Em alternativa ao disposto no número anterior, o processo pode ser remetido à Autoridade de Gestão por correio registado, sendo a data de registo dos correios considerada para o cômputo dos 30 dias, e a data de recepção naquela entidade considerada como a data de apresentação do pedido.

4. Excepcionalmente, em casos devidamente justificados, pode ser permitida a apresentação dos formulários indicados no n.º 1, devidamente preenchidos, apenas em suporte de papel.

5. Os pedidos de apoio podem ser apresentados durante todo o ano até que se verifiquem restrições orçamentais nos termos previstos no n.º 2 do artigo 13º, e, após a verificação daquelas restrições, em períodos a definir por despacho do Secretário Regional da Agricultura e Florestas aos quais estará associada uma dotação orçamental.

Artigo 16.º

Limites à apresentação de pedidos de apoio

Durante o período de aplicação do presente Regulamento cada proponente pode apresentar mais do que um pedido de apoio para a mesma unidade, só podendo ocorrer a apresentação de um novo pedido de apoio após a data a partir da qual se considere executada a operação enquadrada no pedido de apoio anteriormente apresentado, isto é, quando aquela estiver concluída em termos físicos e tiver sido apresentado o último pedido de pagamento.

Artigo 17.º

Análise dos pedidos de apoio

1. O Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão procede à análise dos pedidos de apoio, que abrange a realização dos respectivos controlos administrativos, os quais incluem, nomeadamente, a verificação do respeito das condições de elegibilidade e a aferição da razoabilidade dos custos propostos através de um sistema de avaliação adequado.

2. Para efeitos da análise prevista no n.º anterior, a Autoridade de Gestão solicitará pareceres sobre os pedidos de apoio às seguintes entidades:

a) Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, adiante designado por IAMA, para os pedidos de apoio relativos ao aumento do valor dos produtos agrícolas apresentados por candidatos enquadrados nas subalíneas i) e ii), da alínea a), do artigo 8º;

b) Direcção Regional dos Recursos Florestais, para os pedidos de apoio relativos ao aumento do valor dos produtos florestais.

3. Os pareceres referidos no n.º anterior têm o seguinte âmbito de incidência:

a) Para os pedidos de apoio relativos ao aumento do valor dos produtos agrícolas:

i) Classificação dos projectos de investimento de acordo com as tipologias previstas nas alíneas a) a d) do artigo 7º;

ii) Verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários previstas nas alíneas d) e), f) e m) do artigo 9º;

iii) Verificação das condições de elegibilidade dos projectos de investimento previstas nas alíneas a), b), c), f), g), i), j) e n) do artigo 10º;

b) Para os pedidos de apoio relativos ao aumento do valor dos produtos florestais:

i) Classificação dos projectos de investimento de acordo com a tipologia prevista na alínea e) do artigo 7º;

ii) Verificação das condições de elegibilidade dos projectos de investimento previstas nas alíneas a), e), f), g), i) e o) do artigo 10º.

4. Os pareceres previstos no n.º 2 são vinculativos, sempre que desfavoráveis à aprovação dos pedidos de apoio.

5. No âmbito da análise dos pedidos de apoio e para efeitos da elaboração da proposta de montante máximo dos apoios a atribuir, o Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão associa o IAMA ao processo negocial previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 14º.

6. Após a conclusão da análise de um pedido de apoio, o Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão emite e transmite ao Gestor do PRORURAL, adiante designado por Gestor, um parecer técnico e uma proposta de decisão.

7. As propostas de decisões desfavoráveis são objecto de notificação aos interessados para efeitos de audiência prévia nos termos do Código do Procedimento Administrativo, sendo confirmadas ou revistas de acordo com os resultados dos procedimentos realizados.

Artigo 18.º

Decisão sobre os pedidos de apoio

1. A Autoridade de Gestão decide sobre os pedidos de apoio nos termos das alíneas b) e c) do n.º 5 da Resolução do Conselho do Governo n.º 35/2008, de 5 de Março, após a recepção dos respectivos pareceres técnicos e propostas de decisão mencionados no n.º 6 do artigo anterior.
2. As decisões sobre os pedidos de apoio são submetidas a homologação do Secretário Regional da Agricultura e Florestas, nos termos da alínea c) do n.º 5 da Resolução n.º 35/2008, de 5 de Março.
3. São recusados os pedidos de apoio que não cumpram as condições de elegibilidade ou para os quais não exista cobertura orçamental para assegurar o seu financiamento.
4. As decisões são comunicadas aos interessados após a respectiva homologação.

Artigo 19.º

Contratação

1. A atribuição dos apoios previstos neste Regulamento efectua-se ao abrigo de contratos de financiamento escritos a celebrar entre o beneficiário e o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., adiante designado por IFAP, ou a entidade em quem este delegue esta função.
2. Após a recepção do contrato de financiamento o beneficiário dispõe de um prazo de 30 dias para a devolução do mesmo, devidamente firmado, e acompanhado, quando aplicável, da documentação comprovativa de que as condicionantes pré-contratuais estão cumpridas.
3. A não devolução do contrato ou dos documentos mencionados no nº anterior, no prazo estipulado, determina a caducidade da decisão de aprovação, salvo caso devidamente justificado e aceite pela Autoridade de Gestão.

Artigo 20.º

Execução das operações

1. A execução material das operações deve iniciar-se no prazo máximo de seis meses a contar da data de celebração do contrato de financiamento e estar concluída no prazo máximo de 24 meses a contar da mesma data.
2. Em casos excepcionais e devidamente justificados, a Autoridade de Gestão, pode autorizar a prorrogação dos prazos estabelecidos no número anterior, não podendo, como regra geral, o período de prorrogação total ser superior a um ano.

Artigo 21.º

Alterações dos pedidos de apoio

1. Os pedidos de alterações que ocorram na fase pós-contratual, devidamente justificados, devem ser remetidos à Autoridade de Gestão, por correio registado, sendo considerada como a data de apresentação do pedido de alteração a data da respectiva recepção naquela entidade.
2. A execução das alterações só deve ter início após a apresentação dos respectivos pedidos, não havendo qualquer compromisso do seu financiamento caso as mesmas não venham a ser aprovadas. Caso as alterações sejam executadas antes da data de apresentação dos respectivos pedidos, os apoios atribuídos no âmbito dos contratos estabelecidos podem ser reduzidos ou suprimidos.
3. Os pedidos de alterações são analisados nos termos do artigo 17º e decididos pela Autoridade de Gestão, nunca havendo lugar a acréscimo dos montantes dos apoios atribuídos no âmbito dos contratos estabelecidos, excepto nos casos em que a execução das operações observe os normativos legais em matéria de contratação pública.
4. Quando as alterações impliquem a alteração do beneficiário ou o acréscimo dos montantes dos apoios atribuídos no âmbito dos contratos estabelecidos, as decisões referidas no n.º anterior são submetidas a homologação do Secretário Regional da Agricultura e Florestas.
5. As decisões sobre os pedidos de alterações são comunicadas aos interessados no prazo máximo de 45 dias após a recepção dos respectivos pedidos.

Artigo 22.º

Apresentação dos Pedidos de Pagamento

1. Os pedidos de pagamento são apresentados de acordo com as regras e prazos previstos para a apresentação dos pedidos de apoio estabelecidos no artigo 15º do presente Regulamento, acompanhados dos documentos comprovativos das despesas efectuadas.
2. Consideram-se documentos comprovativos de despesa os que comprovem os pagamentos aos fornecedores, através da apresentação de facturas e recibos correspondentes ou de documentos de valor probatório equivalente.
3. Apenas são aceites os pagamentos efectuados por transferência bancária e cheque, comprovados pelo respectivo extracto bancário demonstrativo do pagamento, sendo os pagamentos por cheque só aceites para montantes iguais ou inferiores a 35.000 €.
4. Quando previsto no contrato de financiamento, podem ser apresentados pedidos de pagamento a título de adiantamento, até um montante máximo de 20% do apoio aprovado e mediante a constituição de garantia bancária ou equivalente correspondente a 110% do montante do adiantamento.
5. Podem ser apresentados, por operação, até quatro pedidos de pagamento a título de reembolso, tendo lugar o primeiro após a realização de, pelo menos, 25% do custo total elegível da operação.
6. O último pedido de pagamento dos apoios deve:
 - a) Representar, pelo menos, 20% da despesa total elegível da operação e ser apresentado o mais tardar 27 meses após a assinatura do contrato de financiamento, excepto nos casos

previstos no n.º 2 do artigo 20º, em que pode ser apresentado até 3 meses após o fim do prazo de prorrogação autorizado;

b) Ser acompanhado de documentação através da qual o beneficiário demonstre:

i) Ser detentor de autorização de laboração actualizada, tratando-se do exercício de actividades sujeitas a licenciamento industrial;

ii) Ser detentor de licença de ocupação e, se for caso disso, da respectiva licença sanitária, tratando-se de actividades não sujeitas a licenciamento industrial, devendo também ser detentor de comprovativo de que as instalações estão em conformidade com a legislação ambiental.

7. Salvo motivo devidamente justificado, e autorizado pela Autoridade de Gestão, nos prazos previstos na alínea a) do n.º anterior, as despesas apresentadas para além dos mesmos não são consideradas para efeitos de atribuição dos apoios.

Artigo 23.º

Análise dos pedidos de pagamento e autorização da despesa

1. O Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão procede à análise dos pedidos de pagamento, que inclui a realização dos respectivos controlos administrativos.

2. O controlo administrativo inclui pelo menos uma visita aos locais da operação durante o seu período de execução.

3. Verificada a elegibilidade do pedido de pagamento e determinado o montante a pagar, a despesa é validada e autorizada pela Autoridade de Gestão, no prazo de 90 dias após a apresentação do pedido de pagamento.

Artigo 24.º

Pagamento aos Beneficiários

O pagamento dos apoios aos beneficiários é efectuado pelo IFAP, ou pela entidade em quem for delegada tal função, nos termos das cláusulas contratuais.

Artigo 25.º

Resolução, modificação e denúncia do contrato

1. O incumprimento das obrigações legais ou contratuais do beneficiário por facto que lhe seja imputável, a verificação de qualquer irregularidade, bem como a inexistência ou a perda de qualquer dos requisitos de concessão do apoio podem determinar a resolução unilateral do contrato.

2. A resolução unilateral do contrato prevista no número anterior implica a reposição das quantias recebidas pelo beneficiário, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal existente.

3. Nas situações previstas no n.º 1, bem como em caso de incumprimento por facto não imputável ao beneficiário, ponderadas as condições concretamente verificadas na execução do projecto, a entidade contratante pode proceder à resolução do contrato sem exigir a reposição das quantias já pagas ou proceder à modificação unilateral do contrato, nomeadamente através da redução proporcional do montante dos apoios, com ou sem reposição das quantias já pagas ao beneficiário.

4. Mediante requerimento dirigido à entidade contratante, o contrato pode ainda ser modificado ou denunciado por iniciativa do beneficiário, podendo implicar ou não a reposição dos apoios já recebidos.

5. Os termos e efeitos da resolução, da modificação ou da denúncia do contrato, designadamente, a obrigação de reposição de quantias já pagas ao beneficiário, são objecto de decisão da Autoridade de Gestão, sob proposta da entidade contratante.

6. A reposição de quantias devidas nos termos dos números anteriores é realizada pelo beneficiário no prazo de 30 dias contados da data da notificação, findo o qual são devidos juros de mora sobre o montante devido.

CAPÍTULO V

Controlos, Reduções e Exclusões

Artigo 26.º

Controlos *in loco* e *ex post*

As operações são sujeitas a:

a) Controlos *in loco*, durante a sua execução, nos termos previstos nos artigos 27.º e 28.º do Regulamento (CE) 1975/2006, da Comissão, de 7 de Dezembro e no artigo 15º do Decreto-Lei nº 37-A/2008, de 5 de Março;

b) Controlos *ex-post*, até 5 anos após a data da assinatura do contrato de financiamento e em qualquer caso até ao termo da operação, nos termos previstos no artigo 30.º do Regulamento (CE) 1975/2006, da Comissão, de 7 de Dezembro e no artigo 15º do Decreto-Lei nº 37-A/2008, de 5 de Março.

Artigo 27.º

Reduções e Exclusões

1. Se, aquando da análise de um pedido de pagamento, se verificar que o montante pagável ao beneficiário unicamente com base no pedido de pagamento apresentado, excede o montante

pagável ao beneficiário após o exame da elegibilidade daquele pedido em mais de 3 %, este último será objecto de uma redução igual à diferença entre os dois montantes.

2. A redução prevista no n.º 1 não será aplicada se o beneficiário puder demonstrar que não cometeu qualquer infracção no que se refere à inclusão do montante não elegível.

3. As reduções previstas no n.º 1 são aplicadas, com as devidas adaptações, às despesas não elegíveis identificadas durante os controlos previstos no artigo anterior.

4. Se se verificar que um beneficiário prestou intencionalmente uma falsa declaração, a operação em causa será excluída do apoio do FEADER e quaisquer montantes já pagos relativamente a essa operação serão recuperados; além disso, o beneficiário será excluído do benefício de apoios a título do presente Regulamento no exercício FEADER em causa e no exercício FEADER seguinte.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 28.º

Prazos

1. A homologação da decisão sobre um pedido de apoio pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas, decorrerá no prazo máximo de 180 dias após a sua apresentação.

2. Os prazos previstos no presente Regulamento incluem os sábados, domingos e feriados.

3. Sempre que forem solicitados aos candidatos documentos ou informações em falta, os prazos previstos no presente Regulamento, são suspensos até à apresentação dos mesmos.

Artigo 29º

Legislação subsidiária

Aos casos omissos no presente diploma aplica-se subsidiariamente o Regulamento (CE) nº 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, o Decreto-Lei nº 37-A/2008, de 5 de Março e restante legislação complementar.

Artigo 30º

Disposições transitórias

1. Em derrogação do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 10º, e para os pedidos de apoio apresentados até 31 de Março de 2009, são consideradas elegíveis as despesas efectuadas antes da data da respectiva apresentação, desde que as operações não tenham sido concluídas antes de 1 de Janeiro de 2007.

2. Para efeitos do n.º anterior considera-se como data de conclusão da operação a data da factura mais recente relativa à execução das despesas elegíveis nela previstas.

3. Para as despesas apresentadas nas condições previstas no nº 1 não se aplica o disposto nas alíneas a) e h) do n.º 1 do artigo 12º e no nº 3 do artigo 22º.

Anexo I

Restrições Sectoriais

(a que se referem os artigos 6º e 10º)

1. Normas Gerais

As restrições aos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas devem ser adaptadas em função da evolução do mercado dos diferentes sectores e das decisões que venham a ser tomadas no âmbito das OCM. Por outro lado, a sua aplicação deve ter em conta as necessidades específicas de certas zonas.

As restrições não se aplicam aos seguintes investimentos:

- a) Relativos a pequenas unidades cujos produtos se destinem a mercados locais restritos ou sejam produzidos segundo métodos tradicionais ou biológicos;
- b) Relativos a produtos com características específicas que garantem o seu escoamento em mercado especializado (“nicho de mercado”);
- c) Com forte componente de inovação tecnológica cujo objectivo seja a obtenção de novos produtos adequados à evolução da procura;
- d) Destinados exclusivamente à adaptação a novas normas relativas ao ambiente, higiene e bem-estar animal;
- e) Relativos aos produtos para os quais seja claramente demonstrado um crescimento significativo dos mercados relevantes.

2. Restrições aos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Florestais

2.1. Cereais

São excluídos os investimentos:

- a) Que envolvam aumento de capacidade, desde que não sejam abandonadas capacidades equivalentes na mesma ou noutras empresas determinadas, relativos ao amido, à indústria de moagem e à produção de malte e sêmolas, bem como os relativos a produtos derivados desses sectores, com exclusão dos produtos para fins não alimentares (excepto os produtos de hidrogenação derivados do amido);
- b) Relativos à alimentação animal que conduzam a aumento de capacidade, excepto quando se destinem a garantir o abastecimento do mercado local ou quando se tratarem de investimentos que prevejam uma valorização de subprodutos.

2.2. Leite e Produtos Lácteos

São excluídos os investimentos:

- a) Que conduzam a um aumento da capacidade, quando relativos à produção de manteiga e leite em pó;
- b) Relativos à produção de soro em pó, lactose, caseína e caseinato, desde que não se insiram em acções de melhoria ambiental.

2.3. Açúcar

São excluídos os investimentos que envolvam um aumento de capacidade para além da quota atribuída à Região (10.000 ton).

2.4. Aves e Ovos

São excluídos os investimentos no sector das aves e ovos que envolvam um aumento da capacidade para além das necessidades do mercado local.

2.5. Sector Florestal

Os investimentos relacionados com a utilização da madeira como matéria-prima estão limitados a todas as operações de exploração anteriores à transformação industrial.

Anexo II

Boas Práticas Florestais

(a que se refere o artigo 10.º)

Os promotores de projectos de investimento relativos ao aumento do valor dos produtos florestais devem assegurar o cumprimento das boas práticas florestais a seguir identificadas:

1. Preparar planos de exploração adequados, que minimizem os impactos negativos na paisagem, identificando por escrito os riscos e condicionalidades associados;
2. Seleccionar as melhores práticas de silvicultura e as melhores soluções para as operações de exploração;
3. Seleccionar o equipamento mais adequado para o corte e extracção;
4. No caso de cortes salteados ou desbastes, minimizar os danos sobre as árvores que ficam no povoamento;
5. Evitar a degradação e compactação dos solos, utilizando técnicas adequadas, nomeadamente a circulação sobre ramos;
6. Planear as operações de modo a evitar condições meteorológicas adversas, nomeadamente no que se refere à precipitação e intensidade do vento;
7. Aplicar medidas operacionais relacionadas com locais sensíveis, nomeadamente criando ou mantendo faixas de protecção para zonas aquáticas, sítios de interesse geológico ou outras zonas de importante exclusão, evitando empregar máquinas pesadas nesses locais;
8. Não destruir locais de valor arqueológico, geológico, patrimonial ou cultural, bem como infra-estruturas tradicionais (muretes, poços, levadas, etc.) que contenham esses valores;
9. Assegurar a conservação de maciços arbóreos, arbustivos e/ou de exemplares notáveis de espécies classificados ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 29/2004/A, de 24 de Agosto e legislação subsidiária;
10. Assegurar a conservação de *habitats* classificados segundo a Directiva Habitats, sejam eles florestais ou não;
11. Assegurar uma densidade de trilhos e caminhos de exploração adequada, coordenada com a rede viária e divisional já existente, reduzindo ao mínimo a transposição de linhas de água, seleccionando os métodos apropriados à transposição das mesmas e respeitando os regulamentos e as boas regras de construção;
12. Nas imediações de linhas de água, não proceder a alterações na morfologia do terreno, por exemplo, através da abertura de caminhos de exploração (excepto no caso de passagens a vau) e da construção de carregadouros;

13. Seleccionar os locais adequados para os carregadouros, estabelecer regras para o abastecimento das máquinas e para a produção de resíduos, garantindo sempre um local de depósito seguro;

14. Recolher os resíduos, tais como, embalagens, restos de produtos, águas de lavagem de máquinas e óleos, dos locais da área de exploração florestal, nomeadamente, das parcelas exploradas, do estaleiro ou base, dos carregadouros e das vias de acesso à área em questão;

15. Assegurar um bom calendário de realização das operações, minimizando danos sobre a fauna, promovendo a extracção de madeira atempadamente e fazendo uma correcta gestão dos materiais sobrantes, evitando a sua queima e procedendo à limpeza de resíduos de exploração nas imediações dos cursos de água;

16. Reabilitar as áreas que foram danificadas pela exploração, nomeadamente estradas, cercas, etc;

17. Recorrer a pessoal qualificado e treinado e respeitar as instruções de procedimento dos equipamentos, saúde e segurança no trabalho;

18. Restringir a circulação de pessoas e animais, empregando sinais de alerta claros;

19. Minimizar as mudanças de óleo dentro da floresta e realizá-las com os devidos cuidados para evitar a contaminação do solo e da água;

20. Conhecer os mercados, separando e agrupando os produtos extraídos por tipo de utilização e valor;

21. Relatar às autoridades locais a ocorrência de pragas e doenças.

Anexo III

Despesas Elegíveis, Parcialmente Elegíveis e Totalmente não Elegíveis

(a que se refere o artigo 11º)

1. Despesas Elegíveis

São elegíveis as seguintes despesas relativas a investimentos enquadráveis no presente Regulamento:

1.1 Construção, aquisição (incluindo locação financeira, quando for exercida a opção de compra e a duração do contrato for compatível com o prazo para a apresentação do último pedido de pagamento) e melhoramento de edifícios e outras construções destinados ao aumento do valor de produtos agrícolas, incluindo:

1.1.1. A vedação e preparação de terrenos;

1.1.2. Edifícios e outras construções directamente ligados às actividades a desenvolver;

1.1.3. Edifícios e construções afectos a investimentos para a valorização de subprodutos e resíduos, nomeadamente através da valorização energética;

1.1.4. Adaptação de instalações existentes, relacionada com a execução da operação;

1.1.5. Infra-estruturas, tais como, estações de pré-tratamento de efluentes, estações de tratamento de efluentes e vias de acesso, desde que se destinem a servir a unidade, se localizem junto da mesma e sejam propriedade exclusiva do beneficiário.

1.2. Compra (ou locação – compra) de maquinaria e equipamentos novos destinados ao aumento do valor de produtos agrícolas, incluindo:

1.2.1. Máquinas e equipamentos directamente ligados à actividade a desenvolver;

1.2.2. Equipamento específico com vista à produção e utilização de energias renováveis;

1.2.3. Equipamentos para tratamento de efluentes e protecção ambiental;

1.2.4. Equipamentos não directamente produtivos, relacionados com o investimento e destinados, designadamente, à valorização energética;

1.2.5. Equipamentos e programas informáticos;

1.2.6. Equipamentos de transporte interno e movimentação de cargas, bem como máquinas de colheitas, automotrizes ou não, quando associadas a outros investimentos;

1.2.7. Aquisição de meios de transporte externo, quando se verificarem, simultaneamente, as seguintes condições:

a) Os veículos a adquirir sejam específicos para a recolha e o transporte dos produtos agrícolas de base até à unidade de transformação ou para a distribuição de carne proveniente de infra-estruturas públicas de abate, ou, ainda, no caso da distribuição de outros produtos acabados, para os custos inerentes às caixas isotérmicas e equipamentos de produção de frio;

b) A aquisição corresponda a uma necessidade suplementar ou a uma alteração na tecnologia utilizada, na capacidade absoluta ou horária, e não a uma mera renovação da frota existente.

1.2.8. No caso da aquisição de meios de transporte externo destinada ao transporte de leite, e quando asseguradas as condições previstas no ponto 1.2.7, são elegíveis as despesas relativas à aquisição do *chassis*, da cisterna isotérmica e de sistemas de medição e colheita de amostras;

1.2.9. Contentores isotérmicos e grupos de frio;

1.2.10. Equipamentos relacionados com acções de marketing e promoção;

1.2.11. Equipamentos de telecomunicações, laboratório, salas de conferência e de instalações para exposição (não para venda) dos produtos dentro da área de implantação das unidades;

1.2.12. Equipamentos sociais que o promotor seja obrigado a dispor por determinação da lei;

1.2.13. Automatização de equipamentos já existentes na unidade, e utilizados há mais de dois anos;

1.2.14. Equipamentos de controlo de qualidade;

1.2.15. Substituição de equipamentos que não configure um simples investimento de substituição, isto é, quando se referir à aquisição de equipamentos diferentes, quer na tecnologia utilizada, quer na capacidade absoluta ou horária, e esta se revelar indispensável à execução da operação.

1.3. Construção, aquisição (incluindo locação financeira quando for exercida a opção de compra e a duração do contrato for compatível com o prazo para a apresentação do último pedido de pagamento) e melhoramento de edifícios e outras construções, bem como compra (ou locação – compra) de maquinaria e equipamentos novos, destinados ao aumento do valor de produtos florestais e ligados às actividades a desenvolver, incluindo:

1.3.1. Aquisição de equipamentos para remoção e tratamento de resíduos e desperdícios de exploração, produção de lenhas e estilhaçamento de material lenhoso;

1.3.2. Máquinas e equipamentos necessários à colheita e movimentação do material lenhoso na mata, englobando as operações de abate, corte de ramos, toragem, recheia e extração, carga e descarga, medição e avaliação, incluindo os equipamentos individuais de protecção e segurança e os veículos e atrelados especializados ou adaptados ao transporte exclusivo de material lenhoso (toros, estilhas e resíduos florestais);

1.3.3. Construção de infra-estruturas destinadas à criação, junto dos espaços florestais, de parques de recepção e triagem de material lenhoso e respectivo equipamento;

1.3.4. Adaptação de instalações existentes, relacionada com a execução da operação;

1.3.5. Equipamentos e programas informáticos.

2. Despesas Parcialmente Elegíveis

São parcialmente elegíveis as seguintes despesas relativas a investimentos enquadráveis no presente regulamento:

2.1. Despesas gerais relacionadas com as despesas indicadas nos pontos 1.1 e 1.2 ou 1.3, e até ao limite de 12% do valor total elegível daquelas despesas (1.1+1.2 ou 1.3), incluindo:

2.1.1. Despesas com honorários de arquitectos, engenheiros e consultores;

2.1.2. Estudos e avaliações de diagnóstico e estratégia necessários à apresentação dos pedidos de apoio;

2.1.3. Aquisição de patentes e licenças;

2.1.4. Despesas de acompanhamento da realização das operações;

2.1.5. Aquisição e desenvolvimento de sistemas de organização e gestão;

2.1.6. Despesas relativas a auditorias e implementação de sistemas de certificação e de controlo da qualidade e outras despesas associadas a consultorias especializadas;

2.1.7. Despesas de organização, logística e concepção e elaboração de ferramentas de comunicação relativas ao marketing institucional de produtos ou processos inovadores;

2.1.8. Seguros de construção e de incêndio.

2.2. Quando houver componentes de investimento comuns a investimentos excluídos e a investimentos elegíveis, as despesas elegíveis são calculadas em função do peso das quantidades/valores das matérias-primas/produtos de base afectos aos investimentos elegíveis nos correspondentes totais utilizados.

2.3. Tratando-se de um investimento que envolva a mudança de localização de uma unidade existente, ao montante do investimento elegível da nova unidade, independentemente de nesta virem também a ser desenvolvidas outras actividades, será deduzido o montante da soma do valor líquido, real ou presumido, da unidade abandonada com o valor das indemnizações eventualmente recebidas, depois de deduzido o valor, real ou presumido, do terreno onde a nova unidade vai ser implantada. Contudo, se o investimento em causa for justificado por razões estranhas à vontade da unidade em causa, nomeadamente por imposição do PDM, ou, na falta deste, de deliberação da autarquia que estipule, para o local, utilização diferente da actividade a abandonar, ou ainda por exigências resultantes de imperativos de protecção ambiental, não será feita qualquer dedução relativamente aos custos elegíveis.

2.4. Nos investimentos que também contemplem despesas com habitações, que sejam consideradas indispensáveis ao bom funcionamento das unidades e se localizem dentro das áreas de implantação das mesmas, apenas são elegíveis as despesas que não excedam 30.000 €.

3. Despesas não Elegíveis

São totalmente não elegíveis as despesas relativas a investimentos excluídos, e, ainda, as seguintes despesas:

3.1. Aquisições de bens e equipamentos em estado de uso (não novos).

3.2. Acções para as quais não foi pedido apoio.

3.3. IVA.

3.4. Contribuições em espécie.

3.5. Simples investimentos de substituição.

3.6. Compra de terrenos e respectivas despesas de aquisição (notariais, de registos, IML, etc.).

3.7. Compra de prédios urbanos, sem estarem completamente abandonados, com vista à sua reutilização na mesma actividade.

3.8. Obras provisórias não directamente relacionadas com a execução da operação.

3.9. Despesas realizadas antes da data de apresentação do pedido de apoio, sendo, no entanto, admitidas, as seguintes excepções:

a) Estudos e avaliações, incluindo pagamento de honorários, necessários à apresentação do pedido de apoio, desde que as respectivas despesas sejam realizadas nos seis meses anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;

b) Projectos e actos administrativos relativos à obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente, à licença de construção e ao exercício da actividade nos termos da legislação sobre licenciamento;

c) Encomendas (sinal) de máquinas ou equipamentos, aparelhos e materiais de construção, desde que a sua montagem, instalação ou entrega não tenham lugar antes da data de apresentação do pedido de apoio;

d) Vedação dos terrenos referida no ponto 1.1.1.

3.10. Trabalhos de arquitectura paisagística e equipamentos de recreio, tais como, arranjos de espaços verdes, televisões, bares, áreas associadas à restauração, excepto os previstos no ponto 1.2.12.

3.11. Aquisição de meios de transporte externo, excepto os previstos nos pontos 1.2.7, 1.2.8 e 1.3.2.

3.12. Equipamento de escritório e outro mobiliário (fotocopiadoras, máquinas de escrever, máquinas de calcular, armários, cadeiras, sofás, cortinas, tapetes, etc.).

3.13. Bens, cuja amortização, a legislação fiscal permita ser efectuada num único ano. Considera-se, no entanto, que as caixas e *paletes* têm uma duração de vida superior a um ano, sendo elegíveis na condição de se tratar de uma primeira aquisição ou de uma aquisição

suplementar proporcional ao aumento de capacidade projectada, não podendo ser vendidas conjuntamente com a mercadoria.

3.14. Componentes do imobilizado incorpóreo, tais como, despesas de constituição e com concursos.

3.15. Juros durante a realização do investimento e fundo de maneiio.

3.16. Indemnizações pagas pelo promotor a terceiros por expropriação, por frutos pendentes, ou em situações equivalentes.

3.17. Despesas com pessoal, inerentes à execução da operação, quando esta seja efectuada por administração directa e sem recurso a meios humanos excepcionais e temporários.

3.18. Despesas de constituição, de concursos, de promoção de marcas e mensagens publicitárias.

3.19. Custos relacionados com contratos de locação financeira, como a margem do locador, os custos de refinanciamento dos juros, as despesas gerais e os prémios de seguro.

3.20. Despesas de pré-financiamento e de preparação de processos de contratação de empréstimos bancários e quaisquer outros encargos inerentes a financiamentos.

3.21. Trabalhos de reparação e de manutenção.

3.22. Investimentos directamente associados à produção agrícola, excepto os previstos no ponto 1.2.6.

Anexo IV

Critérios de Selecção

(a que se refere o artigo 13º)

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO		PONTUAÇÕES
Critérios de Elegibilidade		
Viabilidade e sustentabilidade dos investimentos	PI demonstra a viabilidade e sustentabilidade dos investimentos	10
	PI não demonstra a viabilidade e sustentabilidade dos investimentos	0
Qualidade e racionalidade e técnica do PI	PI obedece a critérios mínimos de qualidade e racionalidade técnica	5
	PI não obedece a critérios mínimos de qualidade e/ou racionalidade técnica	0
Critérios de Prioridade		
Sectores prioritários	PI inserido em sector prioritário.	2
	PI não inserido em sector prioritário	0
Integração/articulação com a produção agrícola	PI apresentado por agrupamentos, organização de produtores, cooperativas e suas uniões	1
	PI apresentado por promotor cuja tipologia não se enquadra no critério anterior.	0

PI – Projecto de Investimento

Nota 1: São recusados os pedidos de apoio cujo somatório da pontuação atribuída aos critérios de elegibilidade seja inferior a 15.

Nota 2: Quando se verificarem restrições orçamentais os pedidos de apoio são ordenados por ordem decrescente da pontuação obtida com a aplicação dos critérios de selecção, e, em caso de igualdade, em função da data da sua apresentação com todas as informações e documentos exigidos, sendo submetidos a decisão de acordo com a hierarquia definida e a dotação orçamental prevista na abertura dos períodos para a apresentação dos pedidos de apoio.

Anexo V

Nível dos Apoios

(a que se refere o artigo 14º)

Tipo logia dos projectos	Montante do investimento proposto	Taxa base máxima de auxílio*	Majoração da taxa base de auxílio *		Taxa Máxima de auxílio*
			Critério de modulação A **	Critério de modulação B ***	
Tipo 1	€25.000 - €250.000	40 %	10%	10%	60%
Tipo 2	> €250.000	40 %	10%	10%	60%
Tipo 3	> €250.000	I 55 %	10%	10%	75%
		II 75 %	na	na	75%
Tipo 4	> € 25.000	75 %	na	na	75%
Tipo 5	> € 25.000	75 %	na	na	75%

* % do custo total elegível da operação

** Majoração aplicável a projectos promovidos por agrupamentos, organização de produtores, cooperativas e suas uniões

*** Majoração aplicável a projectos inseridos em sectores prioritários

na - não aplicável